



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Número do 1.0024.10.166648-5/001 **Númeraço** 1666485-
Relator: Des.(a) Hilda Teixeira da Costa
Relator do Acórdão: Des.(a) Hilda Teixeira da Costa
Data do Julgamento: 07/05/2013
Data da Publicação: 20/05/2013

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO/APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE ATIVA - REJEITADA - ICMS - BASE DE CÁLCULO - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NÃO INCIDÊNCIA - COMPENSAÇÃO DO CRÉDITO - POSSIBILIDADE - APLICAÇÃO DA TAXA SELIC - NECESSIDADE - PRECEDENTES DO E. STJ - SENTENÇA CONFIRMADA.

- Nos contratos de Uso de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (CUSD) não há a circulação ou transferência de mercadoria, sendo, apenas, uma cessão dos equipamentos de distribuição de energia elétrica.

- É entendimento do e. STJ que o ICMS sobre energia elétrica tem como fato gerador a circulação da mercadoria, e não do serviço de transporte de transmissão e distribuição de energia elétrica. Assim, não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

- De acordo com os arts. 11 e 12 da Lei Estadual nº. 14.699/03, é cabível a compensação do crédito referente ao pagamento indevido do imposto até o limite do crédito do autor.

- De acordo com o entendimento do e. STJ, a taxa SELIC é aplicável aos débitos tributários, desde que haja lei estadual autorizativa.

AP CÍVEL/REEX NECESSÁRIO Nº 1.0024.10.166648-5/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - REMETENTE: JD 3 V FEITOS TRIBUTARIOS ESTADO COMARCA BELO HORIZONTE - APELANTE(S): ESTADO DE MINAS GERAIS - APELADO(A)(S): CONDOMÍNIO



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

OPERACIONAL VIASHOPPING BARREIRO

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 2ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em REEXAME NECESSÁRIO, REJEITAR PRELIMINAR E CONFIRMAR A R. SENTENÇA.

DESA. HILDA MARIA PÔRTO DE PAULA TEIXEIRA DA COSTA

RELATORA.

DESA. HILDA MARIA PÔRTO DE PAULA TEIXEIRA DA COSTA
(RELATORA)

V O T O

Trata-se de reexame necessário da r. sentença de f. 265-270v, prolatada nos autos da ação ordinária proposta pelo Condomínio Operacional Via Shopping Barreiro contra o Estado de Minas Gerais, que julgou procedente a ação, declarando a inexistência de relação jurídico-tributária entre o autor quanto à incidência do ICMS sobre os valores pagos a título de uso do sistema de distribuição, de CUSD, de encargos de conexão e de encargos emergenciais. Declarou, ainda, o direito do autor de compensar administrativamente seu crédito proveniente da r. sentença, respeitando a prescrição quinquenal e a norma do art. 170-A do CTN, com seus débitos de tributos estaduais, inclusive os que sejam decorrentes das contas de energias elétrica vincendas. Ao final, condenou o réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC, corrigidos a partir da prolação da r. sentença pela tabela da CGJ.

O autor interpôs embargos de declaração às f. 272-274, pleiteando que seja suprida a omissão verificada na r. sentença.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

O MM. Juiz primevo, às f. 278-279v, acolheu os embargos declaratórios, para retificar o dispositivo da r. sentença, determinando que sobre os valores a serem compensados pelo Estado de Minas Gerais ao autor, incida atualização pela taxa SELIC, a partir do recolhimento indevido, excluídos quaisquer outros índices de atualização ou taxa de juros.

O réu recorreu pelas razões de f. 280-317, aduzindo, preliminarmente, a ilegitimidade ativa do recorrido, tendo em vista que o caso dos autos só pode dizer respeito ao contribuinte de direito, único que importa à obrigação tributária e único que o legislador reconhece.

No mérito, defende que a r. sentença merece ser reformada, uma vez que é constitucional e legal a incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição e os encargos de conexão e de uso do sistema de distribuição de energia elétrica.

Alega que a incidência do ICMS, no caso, se impõe, uma vez que a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição e os encargos de conexão e de uso do sistema de distribuição de energia elétrica decorrem de contratação obrigatória, celebrada pelo consumidor, como única forma para possibilitar a circulação e o consumo da energia elétrica adquirida de terceiros.

Afirma que, ainda que superada a resistência oferecida, a restituição do que foi pago não poderia operar-se por via de compensação, como pretendido e deferido na r. sentença recorrida, porque ausente a inarredável previsão legal que a autorize e até mesmo ante a absoluta impossibilidade material de operar-se o pretendido encontro de contas.

Sustenta a impossibilidade de incidência da taxa SELIC, pois não foi, assim, observado pela Lei Federal nº. 9.494/97.

Enfatiza que, de acordo com o art. 167, parágrafo único, do CTN e a Súmula nº. 188 do STJ, os juros só podem incidir a partir do



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

trânsito em julgado.

Por fim, pleiteia o provimento do presente recurso, para que a r. sentença seja reformada.

Intimado, o autor apresentou contrarrazões às f. 323-341, refutando as razões do apelante e pugnando pela manutenção da r. sentença primeva.

É o relatório.

Conheço da remessa oficial e do recurso voluntário, pois presentes os pressupostos de admissibilidade.

PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA.

O apelante argüiu preliminar de ilegitimidade ativa do autor, alegando que o caso dos autos somente pode dizer respeito ao contribuinte de direito, único que importa à obrigação tributária e único que o legislador reconhece.

Entendo que razão não assiste ao apelante, tendo em vista que o requerente é o consumidor final do serviço de energia elétrica, e, por isso, suporta o ônus do ICMS, pois trata-se de tributo em que há permissão legal para a transferência do montante do ICMS para o referido consumidor.

Dessa forma, não há que se falar na ilegitimidade ativa do apelado, eis que é o sujeito passivo da obrigação tributária, ostentando a condição de contribuinte de fato e de direito.

Esse é o entendimento do e. STJ:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DEMANDA CONTRATADA DE ENERGIA ELÉTRICA. ICMS. CONSUMIDOR FINAL. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "Diante do que dispõe a legislação que disciplina as concessões de serviço público e da peculiar relação envolvendo o Estado-concedente, a concessionária e o consumidor, esse último tem legitimidade para propor ação declaratória c/c repetição de indébito na qual se busca afastar, no tocante ao fornecimento de energia elétrica, a incidência do ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada" (REsp 1.299.303/SC, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, Primeira Seção, DJe 14/8/12).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no REsp 1308440/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/11/2012, DJe 14/11/2012)

Isto posto, rejeito a preliminar de ilegitimidade ativa.

MÉRITO:

A controvérsia do presente feito cinge-se em analisar a possibilidade de incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição e os encargos de conexão e de uso do sistema de distribuição de energia elétrica.

No que tange à incidência do ICMS, o art. 155, II, da Constituição Federal, dispõe que:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Em relação à circulação de mercadorias, o professor Hugo de Brito Machado, em Curso de Direito Tributário, 31ªed., Ed. Malheiros Editores, pág. 387, ensina que: "operações relativas à circulação de mercadorias são quaisquer atos ou negócios, independentemente da natureza jurídica específica de cada um deles, que implicam circulação de mercadorias, vale dizer, que implicam mudança da propriedade das mercadorias, dentro da circulação econômica que as leva da fonte até o consumidor".

Nesse sentido, pode-se concluir que nos contratos de Uso de Sistema de Distribuição (CUSD) não há a circulação ou transferência de mercadoria, sendo, apenas, uma cessão dos equipamentos de distribuição de energia elétrica.

Ademais, conforme bem explicado pelo i. Magistrado primevo, Dr. Maurício Pinto Coelho Filho, à f. 267v:

"(...) a tarifa pelo uso do sistema de distribuição - CUSD não é paga pelo consumo de energia elétrica, mas pela disponibilização das redes de transmissão de energia.

Com efeito, a aludida tarifa constitui serviço, uma vez que a transferência de mercadoria se subsume a energia elétrica, o que já é devidamente tributado, não cabendo à inserção desta tarifa na base de cálculo do ICMS.

O uso da rede não se equipara ao fornecimento de energia, por não significar circulação de mercadorias ou serviços. Portanto, a base de cálculo do ICMS deve se restringir à energia consumida, não abrangendo as tarifas de uso pelo sistema de transmissão e de distribuição de energia elétrica".

Logo, considerando o conceito de circulação de mercadoria e as considerações efetuadas acima, conclui-se que é ilegal a incidência do ICMS sobre a tarifa de uso do sistema de distribuição.

Esse é o entendimento do e. STJ:

TRIBUTÁRIO. ICMS. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. "SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MERCADORIA". INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA NA TRANSMISSÃO DA ENERGIA ELÉTRICA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 166/STJ - PRECEDENTES - SÚMULA 83/STJ .

1. Inexiste previsão legal para a incidência de ICMS sobre o serviço de "transporte de energia elétrica", denominado no Estado de Minas Gerais de TUST (Taxa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) e TUSD (Taxa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica).

2. "Embora equiparadas às operações mercantis, as operações de consumo de energia elétrica têm suas peculiaridades, razão pela qual o fato gerador do ICMS ocorre apenas no momento em que a energia elétrica sai do estabelecimento do fornecedor, sendo efetivamente consumida. Não se cogita acerca de tributação das operações anteriores, quais sejam, as de produção e distribuição da energia, porquanto estas representam meios necessários à prestação desse serviço público." (AgRg no REsp 797.826/MT, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 3.5.2007, DJ 21.6.2007, p. 283).

3. O ICMS sobre energia elétrica tem como fato gerador a circulação da "mercadoria", e não do "serviço de transporte" de transmissão e distribuição de energia elétrica. Assim sendo, no "transporte de energia elétrica" incide a Súmula 166/STJ, que determina não constituir "fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte".

Agravo regimental improvido.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

(AgRg no REsp 1135984/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/02/2011, DJe 04/03/2011)

E, também, deste e. Tribunal de Justiça:

Ação Ordinária. ICMS. Base de cálculo. Tarifa pelo Uso e Distribuição de Energia Elétrica. Encargos. Descabimento. - A base de cálculo do ICMS é formada pelo valor da operação relativa à circulação da mercadoria ou pelo preço do respectivo serviço prestado, hipótese na qual não se enquadra a tarifa de uso do sistema de distribuição nem os encargos de conexão. - A Tarifa pelo Uso do Sistema de Distribuição não é paga pelo consumo de energia elétrica, mas pela disponibilização das redes de transmissão de energia. Assim, com os encargos de conexão, não se pode admitir que a referida tarifa seja incluída na base de cálculo do ICMS, uma vez que estes não presumem a circulação de mercadorias ou de serviços. - A base de cálculo do ICMS deve se restringir à energia consumida, não abrangendo as Tarifas de Uso e Distribuição de Energia Elétrica. - Na execução do CUSD não ocorre a circulação de energia elétrica possível de ensejar a incidência de ICMS. (Ap Cível/Reex Necessário 1.0024.08.246202-9/001, Rel. Des.(a) Dárcio Lopardi Mendes, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 26/01/2012, publicação da súmula em 13/02/2012)

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. ICMS SOBRE AS TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA (TUSD E TUST). ILEGALIDADE. LEGITIMIDADE CONTRIBUINTE DE FATO. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE

Em razão de o ICMS ser um imposto indireto, tanto o contribuinte de direito quanto o de fato, ou seja, aquele que arcou com o ônus financeiro, tem legitimidade para questionar a exação.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Embora a concessionária do serviço público seja responsável apenas pelo recolhimento do ICMS incidente nas tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão de energia (TUSD e TUST), ela detém pertinência subjetiva para a ação, na medida em que sua esfera jurídica certamente será atingida pelo provimento final.

O ICMS não incide sobre as TUSD e TUST, eis que o fato gerador do imposto somente ocorre mediante o efetivo consumo da energia elétrica, momento este estabelecido na sua fase de geração e não na distribuição e transmissão.

Havendo autorização legal expressa, deve-se admitir a compensação como modalidade extintiva do crédito tributário.

Sentença confirmada no reexame necessário conhecido de ofício. Recursos de apelação prejudicados. (Apelação Cível 1.0035.08.115777-4/002, Rel. Des.(a) Albergaria Costa, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 26/05/2011, publicação da súmula em 07/06/2011)

Assim, entendo que a r. sentença merece ser confirmada sobre tal ponto.

No que se refere à compensação do crédito pago pelo apelado, tenho que razão não assiste ao apelante, tendo em vista que o art. 11 e 12 da Lei Estadual nº. 14.699/03, determinam que:

Art. 11. Fica autorizada a compensação de créditos de precatórios judiciais com débitos líquidos e certos inscritos em dívida ativa até 30 de novembro de 2010, constituídos contra o credor original do precatório, seu sucessor ou cessionário, observadas as seguintes condições, além de outras estabelecidas em regulamento:

I - o sujeito passivo do crédito do Estado, ou seu representante legal, assinará termo de confissão de dívida e renúncia expressa e

irretratável de eventuais direitos, demandados em juízo ou na órbita administrativa, e termo de quitação dos precatórios utilizados, que deverão ser anexados aos processos judiciais dos quais sejam oriundos os precatórios, com pedido de homologação da extinção do crédito respectivo, não podendo haver nenhuma pendência judicial sobre os créditos a serem compensados nem discussão sobre a sua titularidade ou valor, nem impugnação por qualquer interessado;

II - o credor do precatório efetuará o pagamento prévio dos seguintes valores, que não serão abrangidos pela compensação:

a) parcelas inerentes aos repasses pertencentes aos Municípios ou a outras entidades públicas que não o Estado;

b) honorários advocatícios de sucumbência devidos na forma do inciso VII do art. 26 da Lei Complementar nº 81, de 10 de agosto de 2004;

III - se o valor atualizado do crédito do Estado for superior ao valor atualizado do precatório, será efetuado o pagamento do débito remanescente havido contra o credor do precatório;

IV - se o valor do crédito apresentado pelo credor do precatório para compensação for superior ao débito que pretende liquidar, o precatório respectivo prosseguirá para a cobrança do saldo remanescente, mantida a sua posição na ordem cronológica;

V - na hipótese do inciso IV, a compensação importará em renúncia pelo credor do precatório do direito de discutir qualquer eventual diferença relativa à parte quitada e ao montante do crédito remanescente apurado quando da formalização do acordo de compensação;

VI - que não tenha havido o pagamento do precatório ou da parcela a ser compensada.

§ 1º A extinção do débito contra o credor do precatório a ser

compensado só terá efeito após a comprovação do cumprimento dos requisitos para a compensação e do pagamento das despesas processuais.

§ 2º A compensação a que se refere o caput deste artigo não prejudicará os recursos a serem obrigatoriamente repassados ao Tribunal de Justiça, nos termos do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República.

Art. 12 - O Poder Executivo realizará a compensação de crédito inscrito em dívida ativa com crédito líquido e certo do interessado, ainda que adquirido de terceiros, contra a Fazenda Pública estadual.

§ 1º - Para fazer jus à compensação, o interessado efetuará o pagamento do crédito inscrito em dívida ativa remanescente, após dedução do valor a compensar.

§ 2º - Em qualquer caso, havendo ação judicial envolvendo o crédito inscrito em dívida ativa a ser compensado, a compensação somente será realizada após a desistência, pelo sujeito passivo, de quaisquer ações ou recursos que o contestem e mediante o pagamento das custas judiciais e dos honorários judiciais respectivos.

§ 3º Nos casos em que lei ou a Constituição exigirem o repasse obrigatório de recursos a fundo ou entidade pública, a compensação somente será admitida na hipótese de haver recursos financeiros e dotações orçamentárias suficientes para a efetuação do repasse das respectivas cotas -partes.

Dessa forma, levando em consideração os dispositivos mencionados acima, tenho que é cabível a compensação do crédito referente a pagamento indevido do imposto até o limite do crédito do requerente.

Esse é o entendimento deste e. Tribunal de Justiça:

DIREITO TRIBUTÁRIO - REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÃO - ICMS - ENERGIA ELÉTRICA - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD) - ENCARGOS DE CONEXÃO E DE CAPACIDADE EMERGENCIAL - AUSÊNCIA DE HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO - COMPENSAÇÃO - PREVISÃO LEGAL - POSSIBILIDADE. A cessão das linhas de distribuição aos consumidores livres não pode ser equiparada ao transporte intermunicipal ou interestadual, porque a energia flui continuamente na rede de distribuição; portanto, não se trata de transporte propriamente dito. Dessa forma, sobre o valor exigido a título de distribuição de energia elétrica e encargo de conexão não pode incidir o ICMS, simplesmente porque não se trata de serviço de transporte ou frete, sendo inaplicável o disposto no artigo 155, parágrafo 2º, IX, 'b', da Constituição Federal, e no artigo 13, I, e parágrafo 1º, 'a' e 'b', da lei complementar 87/96. Além do encargo de capacidade emergencial não decorrer de uma operação de circulação de mercadoria, sua inclusão na base de cálculo do ICMS desvirtua a norma constitucional contida no artigo 155, II, e parágrafo 3º. Uma vez reconhecida a inexigibilidade de tributo já recolhido, emerge, como consectário, o direito à compensação da respectiva quantia com futuras exações, sendo certo que a referida compensação somente poderá ser levada a efeito após o trânsito em julgado da decisão que declarou indevido o recolhimento do tributo. (Ap Cível/Reex Necessário 1.0024.05.779112-1/001, Rel. Des.(a) Moreira Diniz, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 03/04/2008, publicação da súmula em 24/04/2008) (Destaquei)

Já no que tange a aplicação da taxa SELIC, a Constituição Federal em seu art. 24, I, dispõe que:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

No mesmo sentido, o art. 161, §1º, do CTN, determina que:

Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

§ 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês.

Pode-se verificar, portanto, que, de acordo com os artigos mencionados acima, o Estado pode estabelecer da forma que melhor lhe convier acerca dos juros de mora. E, nesse sentido, a Lei Estadual nº. 6763/75, alterada pela Lei nº. 8.511/83, define no art. 127, que:

Art. 127. Os débitos decorrentes do não-recolhimento de tributos e multas no prazo legal terão seu valor corrigido em função da variação do poder aquisitivo da moeda, segundo critérios adotados para correção dos débitos fiscais federais.

Logo, é necessária a aplicação da Taxa SELIC, eis que a Lei Federal nº. 9.250/95, assim dispõe:

Art. 39. A compensação de que trata o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais de mesma espécie e destinação constitucional, apurado em períodos subseqüentes.

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada. (Vide Lei nº 9.532, de 1997)

Esse é também o entendimento do e. STJ:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. TRIBUTO DECLARADO E NÃO-PAGO. DESNECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. APLICABILIDADE.

1. "Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, caso não haja pagamento no prazo ou pagamento a menor, o valor declarado pode ser imediatamente inscrito em dívida ativa, tornando-se exigível, independentemente de procedimento administrativo ou de notificação do contribuinte. Isso porque a apresentação perante o Fisco da Guia de Informação e Apuração de ICMS (GIA) equivale ao próprio lançamento, na medida em que, com a referida declaração, há o reconhecimento do débito tributário pelo contribuinte" (REsp 658.066/SP, Rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14.6.2007).

2. É aplicável a taxa Selic aos débitos tributários, desde que haja lei estadual autorizativa (fato incontroverso). Entendimento ratificado no julgamento do REsp 879.844/MG, submetido ao regime do art. 543-C do CPC.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no Ag 1337778/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/11/2010, DJe 03/02/2011)



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

(Destaquei).

Assim, não há que se falar na inaplicabilidade da taxa SELIC, não merecendo reforma a r. sentença primeva.

Em face do exposto, em reexame necessário, rejeito a preliminar e confirmo a r. sentença primeva, julgando prejudicado o recurso voluntário.

Custas recursais, pelo apelante, isento na forma da lei.

DES. AFRÂNIO VILELA (REVISOR) - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. MARCELO RODRIGUES - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "EM REEXAME NECESSÁRIO, REJEITARAM PRELIMINAR E CONFIRMARAM A R. SENTENÇA."